

A VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA TEM DOIS SEXOS¹: GÊNERO E MORAL NAS ESQUERDAS ARMADAS BRASILEIRA E ARGENTINA. OS CASOS DA ALN E DO PRT-ERP

Lilian Back²

O historiador inglês E. P. Thompson, em “Folclore, antropologia e história social”³, nos lembra que, de maneira geral, os aspectos “de uma sociedade que aparentam ser tão inteiramente ‘naturais’ aos seus contemporâneos” são justamente e por essa mesma razão os mais problematicamente documentados. As chamadas “normas surdas” são, assim, acessíveis através de situações consideradas atípicas. Nessas situações são momentaneamente iluminadas as normas dos anos de tranquilidade. A “quebra de deferência”, portanto, nos permite entender com mais facilidade “os hábitos de consideração que foram quebrados”.

Considero importante chamar a atenção para esse aspecto da cultura de determinada época e de sua documentação porque – apesar do contexto ditatorial, que não pode ser negado – a versão mais circulante da memória do “sessenta e oito”⁴ o apresenta como o período da transgressão, da revolução dos costumes ou da rebeldia, sem, no entanto, se preocupar em apontar que esse movimento de ruptura e transformação foi acompanhado de um movimento, tão ou mais forte, dedicado à manutenção dessa ordem⁵.

A militância armada de mulheres foi, sem sombra de dúvidas, percebida por boa parte da sociedade como, na melhor das hipóteses, “atípica”. O estudo de Ana Maria Colling⁶ dá conta de ilustrar como as mulheres militantes eram pensadas pela sociedade em geral. Sua explicação pode ser estendida para a Argentina, onde ocorreu algo semelhante. Quase sempre essas mulheres foram vistas com desconfiança, medo ou repulsa.

Esse fenômeno é, de certa forma, previsível, uma vez que elas, na definição da mesma autora, realizavam uma dupla transgressão: ao pegar em armas para lutar contra a ordem vigente, tentavam subverter a ordem econômico-social e ingressavam em um espaço que até então não havia sido interpretado como permitido para as mulheres: a política. A repressão sofrida pela dupla transgressão foi, igualmente, em muitos casos, dupla⁷.

Para as mulheres, portanto, entrar para a guerrilha significou também penetrar em um espaço historicamente entendido como público, político e, por excelência, masculino. Por isso, embora tenham se engajado nessas organizações por seu compromisso com a causa socialista e antiditatorial, essa luta pode hoje ser interpretada como o que possibilitou a conquista do próprio espaço, ao que lhes era historicamente negado ou de acesso dificultado.

É interessante, dessa maneira, buscar perceber como essas mulheres foram vistas dentro dos círculos em que desenvolveram sua militância. Esses grupos, como é sabido, atuaram em um contexto marcado pela Revolução Sexual e pelos movimentos feministas de Segunda Onda⁸. Para Cristina Scheibe Wolff⁹, esses fenômenos estão ligados ao crescimento do engajamento político feminino. Nessas organizações específicas, a quantidade de militantes mulheres ultrapassava consideravelmente as cifras observadas nos partidos de esquerda em décadas anteriores¹⁰.

Para entender o processo, optei pela análise comparativa, elencando uma organização política de cada país, a saber, a Ação Libertadora Nacional (ALN), do Brasil; e o Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército del Pueblo (PRT-ERP), da Argentina. Sua eleição se deu pelo fato de tratar-se das duas organizações inspiradas pelo marxismo-leninismo de maior expressão numérica e política que os dois países tiveram. O recorte territorial, por sua vez, foi delineado de acordo com as recomendações de Marc Bloch, em que são priorizadas nações próximas no tempo e no espaço¹¹.

Na Argentina, o relatório *Nunca más* aponta um percentual de 30% de mulheres no total de pessoas desaparecidas pela ditadura¹², enquanto uma série de depoentes do PRT-ERP afirma que o percentual de quadros mulheres era de quase 50%¹³. No Brasil, um estudo realizado por Marcelo Ridenti com base no relatório *Brasil: Nunca Mais* aponta que os grupos armados brasileiros, em seu conjunto, tiveram um percentual mais significativo de mulheres em sua composição em relação a outros, especialmente os grupos nacionalistas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atingindo um percentual de 18,3%. Na ALN esse percentual foi de 15,4% do total¹⁴. Cristina Scheibe Wolff, no artigo anteriormente citado, questiona esses números, argumentando que para as mulheres foi mais fácil escapar da polícia, já que para ela (a polícia) era difícil acreditar que as mulheres seriam guerrilheiras.

Wolff¹⁵ observa também que não havia diferenciação formal entre o que se esperava ou exigia de homens e mulheres dentro das organizações de esquerda armada do Cone Sul. As normas eram elaboradas para todos, sem qualquer distinção. Entretanto, proporcionalmente, houve muito menos mulheres em cargos de direção¹⁶. Além disso, os valores considerados ideais ao/à militante eram coincidentes, em vários pontos, com os valores tradicionalmente associados à masculinidade¹⁷.

Uma vez que a “divisão sexual do trabalho” militante não era prevista (moral ou estatutariamente) por nenhuma das organizações em questão, a quantidade baixa de dirigentes mulheres parece estar bastante ligada a essa valorização das virtudes ditas masculinas e a permanências de atitudes e pensamentos machistas dentro desses círculos de organização da ação político-militar.

Na análise dos documentos das organizações dos dois países foram confirmados os apontamentos da literatura consultada: o/a guerrilheiro/a ideal deveria ser dotado/a de atributos como honra¹⁸, valentia, coragem, espírito de sacrifício, racionalidade¹⁹. As características adstritas ao “homem novo” eram, como fica evidente, boa parte delas, as tradicionalmente atribuídas à masculinidade tradicional²⁰. Não se tratou nem de coincidência nem de conspiração machista. Se o espaço público era por excelência um espaço masculino, em que, por isso mesmo, comportamentos e atributos considerados masculinos eram valorizados e exigidos, no espaço militar ou militarizado essa característica era ainda mais acentuada.

O antropólogo Ricardo Melgar, em análise comparada entre vários países da América Latina, observou que na construção social das “virtudes violentas” das guerrilhas da região exaltou-se “um padrão de simbolização fortemente masculinizado [e] que jogou com a equivalência entre o viril e o heroico”²¹. A violência, o heroísmo e a valentia – características inerentes às práticas centrais da luta armada – foram, dessa forma, associados à masculini-

nidade, independentemente da existência ou não de mulheres combatentes, de comprovada heroicidade.

Os necrológios da esquerda armada dos dois países são exemplos emblemáticos disso: de forma geral e nos dois países, abusou-se dos adjetivos citados e de comparações com grandes nomes da luta armada para definir e homenagear os militantes homens caídos; ao passo que, no caso das mulheres, ainda que estas tivessem grandes trajetórias políticas e tenham igualmente morrido em combate, a situação era diferente. Um número bastante menor delas é homenageado e o foram de forma diferenciada, sendo balizadas outras virtudes, ligadas à sua “condição de mulher”²².

A associação entre as virtudes necessárias para a guerrilha e a masculinidade – não exclusiva desses grupos – fez a atuação das mulheres nas guerrilhas mais difícil, e suas trajetórias políticas, mais cheias de empecilhos do que a dos homens²³. O problema era, entretanto, ainda mais profundo do que a realização dessa associação dentro da organização. Essas mulheres não haviam sido educadas, como os homens, para atuar de tais formas e em tais espaços. Além de toda uma forma(ta)ção diferenciada, as mulheres não haviam tido (nem o poderiam naquele período) o treinamento militar oficial do exército, pelo qual passaram os homens militantes e pelos quais se destacaram militarmente²⁴. Para as mulheres havia somente os treinamentos militares fornecidos, eventualmente, pela organização, que foram bastante questionados tecnicamente pelos próprios militantes²⁵. O alcance desses treinamentos também foi problemático, haja vista as dificuldades relacionadas à clandestinidade e à duração efêmera das organizações e seus núcleos.

A associação entre masculinidade e as virtudes violentas fez com que a “igualdade” se desse no masculino, para usar as palavras (autocríticas) do ex-dirigente perretista Luiz Mattini²⁶. Andrea Fonseca afirma, ao estudar o Ejército de Liberación Nacional (ELN) colombiano, que a uniformização dos e das militantes era forjada através da constituição da masculinidade como valor totalizante, “referente simbólico de ambos os gêneros”²⁷. Para a antropóloga, a guerrilha é completamente “perpassada pelo valor hegemônico do masculino”²⁸ por ser construída e recriada a partir dele. Assim sendo, a masculinidade é o modelo a que as mulheres devem aderir se quiserem “ganhar um lugar de respeito e reconhecimento”²⁹.

Cristina Scheibe Wolff explica que as organizações dos dois países não consideravam ser impossível para as mulheres desenvolver essas virtudes, porém, “elas teriam de se provar capazes, talvez de maneira um pouco mais dura que seus companheiros homens, para quem a virilidade estaria já incorporada como um atributo de gênero”, apropriando-se “de atributos do gênero masculino para se tornarem verdadeiras revolucionárias”³⁰.

Colling também chega a essa conclusão ao estudar as guerrilheiras brasileiras, afirmando que as mulheres tinham de se negar como mulheres, “como forma de ocupar espaços nas organizações”³¹. Houve, para essa autora, uma tentativa de assexualização por muitas delas, que consideraram que conquistariam igualdade sendo apenas militantes, “eliminando as diferenças”³². Afinal, “soldado não tinha sexo”³³. Esse fenômeno foi percebido em ambas as organizações e, conforme sugere o estudo de Fonseca, não foi exclusividade delas.

Os sacrifícios característicos e inerentes à guerrilha, desse modo, no caso das mulheres, envolviam também abrir mão, em alguns momentos, de atributos e práticas que socialmente as caracterizavam como mulheres, e a correspondente adoção de traços considerados masculinos. As mulheres enfrentavam, assim, um processo de adaptação que tendia a ser vivido de forma mais problemática do que os homens; além de que, para um homem, era muito mais fácil ser reconhecido como portador dessas virtudes do que para uma mulher. Muitas das militantes que obtiveram cargos de patente mais alta relatam que tiveram de ter melhor formação ou atuação do que a dos homens e, mesmo assim, tinham de estar constantemente provando sua competência para ocupar tal espaço.

Para Colling, “as diferenças de atribuições verificadas entre homens e mulheres eram determinadas, na verdade, pelo preparo entre as duas partes e não necessariamente pela pura discriminação”³⁴. No entanto, as regras rígidas que disciplinavam as condutas dos militantes afetavam, pelos motivos apresentados anteriormente, mais as mulheres do que os homens, pois essas tinham de “superar limitações impostas pelo repertório de seu papel de gênero – e que diziam respeito à posição que ocupavam anteriormente na sociedade”³⁵ – para se adaptar às organizações. Porém, acredito que seja mais adequado falar em termos de alargamento, ou ampliação do leque das virtudes e práticas socialmente aceitas como femininas, do que em supressão da identidade dessas mulheres.

Nos depoimentos de ex-militantes das duas organizações houve discordâncias em torno do tema do machismo nesses espaços. Entre as entrevistadas, houve as que disseram ter percebido o machismo no período, as que o perceberam ao refletir retrospectivamente sobre a militância e as que até hoje afirmam que não havia discriminação, ou que ela era insignificante com relação à sofrida na sociedade em geral ou em outras formas de agrupação política. Ao que parece, esses pontos conflitantes das narrativas sobre o passado militante elaboradas por suas protagonistas têm menos a ver com experiências diferenciadas – embora elas também sejam importantes – do que com o contato que essas mulheres tiveram com as ideias ou com o movimento feminista³⁶.

Quando mencionamos aqui o machismo nos referimos também ao que a depoente “Luzia”, entrevistada por Ana Maria Colling, chamou de “solidariedade”, ou o que José Emilson Ribeiro da Silva³⁷, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), definiu como machismo “com vaselina”, “inconsciente”. Embora nas duas organizações a norma não previsse – e de certa forma, combatesse – uma divisão sexual do trabalho militante (pelo menos, fixa), havia, por parte de alguns militantes homens (especialmente dos da “geração da intentona”³⁸, no caso brasileiro), cuidados especiais para com as companheiras. Nas palavras de Luzia: “havia aqueles que diziam que nós éramos mulheres, mas tínhamos de fazer tudo igual, e aqueles que diziam que iam fazer certas coisas por nós porque éramos mulheres”³⁹.

Esse era um ponto duplamente delicado: se, por um lado, num contexto de guerrilha, a ideia de que as mulheres deveriam ser cuidadas ou preservadas, certamente e por motivos evidentes, dificultaria seu acesso a uma posição de comando político-militar; por outro lado, os e as militantes não poderiam desconsiderar que estavam imersos em uma sociedade profundamente marcada pelo machismo⁴⁰.

Outro fator comum a ambas as organizações – e também não exclusivo delas – foi o da heteronormatividade. A pressuposição de que todas e todos os militantes eram heterossexuais e de que esse comportamento constituía a “normalidade” não foi questionada, mesmo quando ficaram conhecidos casos de homossexuais entre os quadros da organização. Assim como no caso da guerrilha salvadorenha, estudado por Murguialday, Ibáñez e Vásquez⁴¹, embora muitas vezes haja sido quebrada a identidade entre sexualidade, casal heterossexual e reprodução (como é o caso da ALN) e que a divisão tradicional dos papéis genéricos nesse sistema⁴² fosse difícil de manter em um contexto tão adverso, o pilar da heterossexualidade permaneceu inalterado e inquestionado. Mais do que isso: a homossexualidade era frequentemente invisibilizada ou vista como algo problemático dentro das organizações.

Monica Tarducci, ex-militante do PRT-ERP, por exemplo, afirmou, em entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff, que se dizia na época ser necessário ter cuidado se houvesse algum *gay* no movimento ou organização porque os *gays* “eram considerados muito promíscuos e, por isso, poderiam soltar informações sobre algum assunto com um policial ou alguém do exercito”⁴³.

Tanto na ALN quanto no PRT-ERP foram encontrados casos que chegaram ao extremo da expulsão de militantes. Este depoimento, coletado por Pablo Pozzi, é bastante elucidativo:

Pergunta: Puniam muitas pessoas?

Resposta: Por exemplo, o primeiro contato que eu tive, o companheiro que já

estava em certo nível de direção da zona, foi punido por afetar a moral – nunca soube por que, parece que era meio maricas – e fora.

P: Expulsaram-no?

R: Sim, o expulsaram, e com um estigma terrível, porque eu uma vez o encontrei na rua, falei com ele e comentei isso e, bem... “como podes falar com esse companheiro, isso é uma lateralidade, não se pode”... porque o companheiro queria continuar próximo, era firme ideologicamente. Deixaram-no fora, nunca escolheu estar fora, sempre que encontrava alguém, queria saber como andavam as coisas, o que estava acontecendo. Pra mim se tornou comum encontrar ele em um ônibus e falar, descíamos e falávamos um pouco. Grande confusão, não me puniram, mas...⁴⁴

Pozzi considera que esse seja um tema da história perretista a ser abordado com mais profundidade, já que houve vários combatentes homossexuais, embora isso siga sendo negado por muitos dos ex-militantes. O autor esclarece que a organização compartilhou, nesse ponto, o critério generalizado na sociedade argentina de preconceito e de patologização.

Na ALN, pela falta de orientações claras da organização para questões relacionadas à sexualidade, é de se julgar que haja acontecido o mesmo. O caso da expulsão de duas militantes por lesbianismo, citado por José Carlos Gianninni em entrevista a Marcelo Ridenti, reforça a tese⁴⁵. Daniel Aarão Reis⁴⁶ afirma que nas organizações brasileiras, de forma geral, a homossexualidade não era admitida. Não se tratava de uma norma explícita, mas de uma “restrição básica”. Em temas como esse, portanto, esclarece que o militante tinha de se esconder tanto da polícia como da organização. Para esse historiador, os e as militantes tiveram espaço para “sair do armário” apenas no exílio.

Políticas específicas para as mulheres

O desenvolvimento de políticas específicas para as mulheres ou direcionadas a elas é um dos pontos mais significativos das diferenças entre o PRT-ERP e a ALN. Enquanto a primeira elaborou uma moral fortemente marcada pela atenção a questões relacionadas ao gênero, às relações de casal, à inserção de mulheres na organização, entre outros, tendo inclusive formado, ainda que de forma problemática, uma frente de mulheres; não foram encontrados na documentação da organização brasileira posicionamentos “oficiais” sobre a temática, e, nos depoimentos orais, opiniões pessoais e algumas divergências entre militantes.

Considero que essa diferença esteja relacionada, especialmente, a três variáveis:

a) A primeira diz respeito à estrutura organizacional e à origem social dos e das militantes. Enquanto a ALN era constituída de quadros autônomos que mantinham entre si o menor contato possível, e os e as militantes eram em sua maioria jovens de classe média, o PRT-ERP era formado por uma estrutura complexa e verticalizada em que os e as militantes mantinham relações intensas e frequentes, em que família e organização muitas vezes se confundiam. No período em que o trabalho de massas estava bastante atuante e conseguiu conquistar grande contingente de operários, houve a preocupação institucional de incorporar também como quadros as mulheres desses operários⁴⁷.

b) A segunda refere-se ao grau de elaboração da moral perretista, que abrangia muito mais pontos da vida militante do que a moral forjada pela ALN. Essa moral, que se posicionava claramente sobre como deveria ser a totalidade da vida dos e das militantes, não poderia negligenciar “a questão” das mulheres e, como foi elaborada pelo conjunto da organização, certamente abarcou opiniões e demandas femininas.

c) Finalmente, trata-se da contemporaneidade entre movimento feminista e esquerda armada. Na Argentina, o PRT-ERP conviveu e dialogou, de alguma forma, com o movimento feminista⁴⁸, enquanto no Brasil o feminismo se articulou como movimento quando a esquerda armada já havia sido completamente desmantelada pela repressão⁴⁹.

É possível desenvolver melhor esse item, como ficou claro, apenas no caso argentino. Grammatico afirma que entre 1970 e 1975 as mulheres organizaram diversas associações feministas na Argentina. Essas agrupações foram constituídas, não é excessivo lembrar, em um período de intensa atividade política e mobilização social, o que fez com que a militância feminista e de esquerda acabassem se misturando de duas formas distintas, mas não opostas.

A primeira é a dupla militância, que gerava em quem a praticava uma série de tensões, pessoais e políticas, dentro do movimento feminista e do movimento de esquerda. Essas tensões diziam respeito tanto a questões políticas no sentido mais tradicional do termo (agenda, bandeiras, etc.)⁵⁰, como a questões organizacionais, já que o feminismo de segunda onda baseava-se, *grosso modo*, no princípio da horizontalidade, enquanto as organizações de esquerda, como o PRT-ERP, eram em geral bastante verticalizadas⁵¹.

A segunda foram as relações institucionais entre associações feministas e organizações ou partidos de esquerda. A Unión Feminista Argentina (UFA), por exemplo, manteve relações estreitas com as mulheres do Partido Socialista de los Trabajadores (PST), com o qual realizou ações conjuntas, como o recebimento da feminista estadunidense Evelyn Reed⁵²; além de terem sido organizadas, nas agrupações feministas, reuniões para debater que atitude tomar diante do desrespeito aos direitos humanos de presos políticos⁵³ nos

momentos mais dramáticos do que os militares chamaram de “Proceso de Reorganización Nacional”.

Os estudos realizados por Alejandra Vassallo levam a crer que houve alguma ligação entre as mulheres do PRT-ERP e da UFA. Um dos elos, segundo Grammático, pode ter sido Mirta Henault, que havia militado no Palabra Obrera (PO – partido em que seu marido era dirigente) antes de engajar-se no feminismo, passando a ser editora do *Nueva Mujer*, um grupo editorial vinculado à UFA, no qual foram publicados textos feministas de esquerda⁵⁴.

Do outro lado, também institucionalmente, houve a criação da Frente de Mujeres en la Argentina, em 1974⁵⁵. Para Grammático e para Martínez⁵⁶, entretanto, tal frente não pode ser considerada influência feminista ou fruto de uma reflexão genérica por parte do *bureau* político do PRT-ERP. Tal obra veio “de cima”, ou seja, foi uma decisão do comando central, e se deu oficialmente um ano depois de iniciadas as discussões sobre o tema. Ela foi inspirada, de acordo com Martínez, nos exemplos de frentes de massas de outros processos revolucionários (especialmente o vietnamita), que reservavam um espaço de destaque para as mulheres, conforme se pode perceber no seguinte trecho de um dos documentos fundadores:

Foi analisada a necessidade e importância de um trabalho político entre as mulheres, não somente pela incorporação das companheiras em si, mas fundamentalmente pela influência que a mulher tem na família. Como dizem os vietnamitas, convencer as mulheres impulsiona os homens e a juventude a se lançar de cheio na atividade revolucionária.⁵⁷

Mariana, a primeira coordenadora da Frente, foi nomeada para tal tarefa pela coordenação do partido e, segundo entrevista concedida para Martínez, tanto a metodologia de trabalho como as prioridades da Frente eram definidas pelas reuniões da direção do PRT. Para a historiadora citada havia uma preocupação importante por trás da iniciativa: a falta de mulheres da classe trabalhadora, que não militavam e impediam que seus maridos o fizessem, tornava uma necessidade imediata a transformação dessas mulheres em militantes⁵⁸.

Para Martínez, portanto, com essa ação o partido não buscava abarcar as reivindicações que diziam respeito a questões de gênero. Pelo contrário, utilizou-se do papel desempenhado pelas mulheres no âmbito privado-familiar como “como um meio ‘para atingir’ espaços aonde sua política ainda não chegava e em que elas tinham forte enraizamento”⁵⁹. A atuação da Frente esteve profundamente ligada a reivindicações dos bairros em que essas mulheres

viviam, como luta por creches, escolas, postos de saúde – pautas também profundamente ligadas aos papéis tradicionais femininos⁶⁰.

É interessante lembrar que as mulheres da classe trabalhadora haviam, até o momento, ingressado em pouca quantidade na organização porque elas não circulavam em tanto número pelas fábricas ou assembleias, uma vez que trabalhavam, em sua maioria, como donas de casa. Nesse sentido, a militância da Frente se conformou como uma espécie de conscientização em domicílio, que acabou contribuindo para quebrar o preconceito de que as mulheres eram despolitizadas ou reacionárias. Elas estavam apenas isoladas, afirma Martinez.

Outra descoberta proporcionada pela formação da Frente foi a de que a falta de mulheres proletárias na militância devia-se ao machismo de seus maridos, o que mostrou que um bom trabalho, nesse sentido, também deveria ser desenvolvido com os homens⁶¹. Esse ponto será desenvolvido adiante. Assim, pode-se dizer que as especificidades e dificuldades da Frente estiveram ligadas, mais do que à classe social dessas mulheres, ao seu próprio gênero⁶².

Um último aspecto interessante da breve história da Frente de Mujeres é que, embora ela não tenha sido construída por elas, nem para a organização de suas lutas específicas, houve semelhanças entre as agrupações feministas e as organizações políticas argentinas dos anos 1970. Essas aproximações se deram, para Karen Grammatico, na criação de espaços de reunião e conversação entre mulheres, os quais foram importantes instrumentos de reflexão genérica e, como nos grupos de consciência e ação feministas, produziram a percepção da dimensão coletiva dos problemas que essas mulheres vivenciavam no espaço doméstico⁶³.

Ainda que a Frente não tenha sido criada com o objetivo de desenvolver e pôr em prática políticas que dessem conta da libertação das mulheres, o PRT-ERP, em alguns aspectos, avançou nesse sentido. Foi combatido (ainda que em alguma medida tolerado⁶⁴) o machismo dos que não queriam que suas companheiras militassem, o dos que, eventualmente, consideravam que lugar de mulher não era na guerrilha e o dos maridos e filhos que consideravam que as mulheres deveriam lhes servir.

Essa luta contra o machismo foi importante dentro da organização, principalmente se levado em conta o contexto de clandestinidade e de repressão do período - e foi possível porque ele era considerado uma “forma de opressão que a burguesia havia organizado nas relações familiares”⁶⁵. Ou seja, era considerado um dos elementos da moral burguesa, que deveria ser desmontada na e para a construção da hegemonia proletária⁶⁶.

Alejandra Ciriza, que já era feminista antes de entrar para o PRT, considerou ter sido tratada em condições de igualdade com os homens do partido,

embora houvesse uma resistência bastante forte para incluir pautas feministas entre as do partido:

Recordo-me que a resposta sistemática que eu recebia frente às demandas a incorporar, porque não eram somente discussões teóricas, mas demandas a incorporar, demandas feministas, digamos, dentro dos papéis, por exemplo, quando íamos para as fábricas tínhamos de ter em conta os companheiros e as companheiras, e não somente os companheiros, porque as tarefas de produzir eram importantes, teríamos as reivindicações habituais, em relação, por exemplo, de dias para mulheres dos dias de trabalho, para mim parecia importante incorporar nos panfletos e era toda uma discussão se era importante, bom, a resposta era que não, que era uma contradição secundária, e que eu ia ver que quando chegássemos ao socialismo, companheira, tem que ter paciência, esse era o argumento.⁶⁷

Para ela, “ser feminista não era necessariamente ser burguesa [...] havia feministas socialistas”. Estas deveriam lutar pela igualdade com os homens, assim como contra todas as formas de opressão da burguesia.

Já no Brasil não houve o desenvolvimento de políticas para as mulheres, nem incorporação de suas demandas específicas pelas organizações de esquerda armada, embora tenha havido militantes, homens e mulheres, que tenham defendido, na prática, posturas antimachistas, como a divisão do trabalho doméstico.

Colling, referindo-se à luta por demandas específicas das mulheres no Brasil, afirma que as militantes do período tiveram de lutar contra o inimigo externo (os militares) e interno⁶⁸. Este, nas próprias organizações que ajudavam a construir, em que muitas vezes “a questão das mulheres” foi encarada como um aspecto secundário ou como desvio “pequebu” ou separatista⁶⁹.

Pensando as guerrilheiras como mulheres

Esse é um ponto profundamente relacionado ao primeiro e em que ambas as organizações se diferenciam radicalmente, pelos mesmos motivos levantados no início do item anterior. Na documentação do PRT-ERP foram encontradas muitas referências às especificidades das guerrilheiras mulheres, o que não aconteceu na documentação da ALN, em que foram encontradas apenas duas referências.

O PRT-ERP reconhecia a situação de opressão compartilhada – ainda que de forma desigual – pelas mulheres e sua importância no processo de luta revolucionária. Como a moral era central na definição do “bom guerrilheiro”

e da “boa militância”, na elaboração das diretrizes acabou-se esbarrando nas diferenças percebidas entre homens e mulheres.

Foi encontrada na documentação do partido uma separação entre diferenças consideradas “consequências de fatores biológicos” e as “puramente sociais”. Para o PRT, que valorizava a maternidade, as mulheres deveriam aceitar seu “papel biológico”, a gravidez e a lactância, e interpretá-las de forma revolucionária: “como impostas pela tarefa superior de educar as futuras gerações revolucionárias e compensá-las [as limitações] de maneira prática, com outro tipo de atividades viáveis, como por exemplo, o estudo”⁷⁰. O companheiro da militante que se tornasse mãe, assim como os demais militantes – homens e mulheres – deveriam ajudar as mulheres a superar as limitações temporárias decorrentes da gravidez e do período imediatamente posterior, motivo pelo qual a criação dos pequenos, por exemplo, era considerada tarefa coletiva.

As situações de opressão e de limitação não naturais eram interpretadas como manifestações da hegemonia burguesa e, portanto, deveriam ser duramente combatidas dentro do partido. A proletarização, a fim de eliminar essas formas de opressão e também de eliminar o déficit de mulheres na organização, precisaria ter “especial ênfase nos elementos femininos”⁷¹. Embora o documento não defina exatamente quais seriam esses elementos femininos e de que forma eles deveriam ser combatidos, é provável que essa parte específica da documentação diga respeito à Frente de Mujeres.

A demanda da liberdade sexual, que para Alejandra Ciriza “não era uma demanda puramente burguesa, mas uma demanda de liberdade para as mulheres”⁷², foi interpretada pela organização como mais uma forma de opressão às mulheres, travestida de liberdade. No PRT-RRP eram considerados ideais os relacionamentos monogâmicos estáveis.

A moral perretista foi caracterizada pelos ex-militantes do PRT e de outras organizações como bastante ascética. Esse ascetismo dizia também respeito a pudores com relação a corpo e sexualidade. Nos depoimentos de ex-militantes do ERP foram recorrentes referências à normatização das vestimentas dos e das militantes, o que, no caso das mulheres, envolveu cuidados com não exposição de seus corpos. A minissaia, um dos ícones da moda do período, foi majoritariamente rechaçada por ser considerada algo que chamava demasiadamente a atenção das pessoas para a militante, o que prejudicaria seu disfarce (argumentação que não se sustenta, uma vez que os e as militantes do PRT-ERP frequentemente foram reconhecidos pela forma excessivamente “sóbria” de se arrumarem)⁷³. Ou ainda como algo que dava uma aparência “despolitizada” à mulher que a vestia, o que impedia que sua fala fosse levada a sério em uma assembleia, por exemplo⁷⁴.

Na ALN, segundo a historiadora e ex-militante Jessie Jane, ser mulher não foi uma discussão que se colocava naquele contexto⁷⁵, mas algo que se iniciou entre o final dos anos 1970 e início da década seguinte. As contradições que existiam na época eram interpretadas como decorrentes do capitalismo, a serem resolvidas na revolução socialista. “O resto era tudo um discurso pequeno-burguês”⁷⁶. Para Jessie Jane, quem as via como mulheres era a repressão.

Referências à militância das mulheres – como tais – foram encontradas apenas em dois excertos do minimanual do guerrilheiro urbano de Marighella. Neles, a militância das mulheres é descrita nos seguintes termos:

Com respeito à mulher brasileira, sua participação na guerra revolucionária, em particular na guerrilha urbana, tem sido distinguida por seu espírito lutador e tenacidade sem limite, não é somente por sorte que tantas mulheres têm sido acusadas de participação nas ações de guerrilha contra bancos, centros militares etc., e que tantas estão em prisões, enquanto que tantas outras ainda são procuradas pela polícia.⁷⁷

Há uma preocupação – ainda que apenas nesses trechos do documento – em fazer visível a participação das mulheres e de valorizá-la. Marighella explica que as mulheres lutavam em “pé de igualdade com a dos homens”, ocupando todos os espaços:

Como uma escola para escolher o guerrilheiro, a guerra de guerrilha urbana prepara e coloca ao mesmo nível de responsabilidade e eficiência a homens e mulheres que compartilham os mesmos perigos de lutar, buscar suprimentos, servir como mensageiros ou corretores, ou motoristas, ou navegantes, ou pilotos de aviões, obtendo informação secreta, e ajudando com a propaganda ou o trabalho de doutrinação.⁷⁸

Houve, em alguns momentos (também no PRT-ERP), a defesa da ideia de que algumas funções específicas da militância seriam mais bem desempenhadas por mulheres, pela sua “condição” de mulheres. No caso específico dessas duas organizações, essa eventual “divisão sexual do trabalho militante” dizia menos respeito à distinção elaborada por Che Guevara e relacionada à reprodução dos papéis sociais tradicionais das mulheres⁷⁹ do que à constatação de que os agentes da repressão eram machistas e que não presumiriam que uma mulher fosse guerrilheira. Assim, as mulheres eram consideradas pessoas privilegiadas para o desenvolvimento de ações como de reconhecimento de terreno para uma ação guerrilheira⁸⁰ ou para o trans-

porte de objetos comprometedores. Nesse caso tratou-se quase mais de um deboche da “inocência machista” da ditadura do que uma reprodução de ideias e comportamentos machistas dentro da organização. Nesse sentido, a “loira dos assaltos” é um exemplo emblemático de como a esquerda burlava a ditadura.

O fato de a moral da ALN ter sido menos elaborada e de não tocar temáticas da vida privada ou de diferenças entre homens e mulheres, ao mesmo tempo que pode ter deixado os e as militantes mais “livres” para viverem como quisessem (desde que não fosse colocada em risco a segurança do grupo ou de informações), deixou as mulheres menos protegidas pelo grupo em relação às do PRT-ERP. Isso porque as questões problemáticas eram decididas na prática, no momento em que apareciam e de acordo com as opiniões pessoais dos e das militantes envolvidos.

Ao contrário do caso perretista, no Brasil, de forma geral, as organizações consideraram a gravidez e a maternidade incompatíveis com a militância. Acredito que esse seja um fator profundamente ligado à forma diferenciada de viver a clandestinidade. Aqui a militância, em comparação com a Argentina, foi muito individual (solitária, em alguns momentos) e compartimentada. A clandestinidade era, por esse motivo, vivida de forma muito mais intensa e inconciliável com uma vida social mais abrangente. Os aparelhos eram muito mais instáveis e itinerantes, e os e as militantes perdiam (muitas vezes completamente) o contato com sua família, amigos e com boa parte dos próprios companheiros de militância. Na Argentina, onde o partido armado se configurou de forma a proteger, de alguma forma, laços sociais, familiares ou não, entre seus integrantes, a maternidade pôde ser vivenciada como algo bastante menos problemático, ainda que esse “menos problemático” envolvesse uma série de medos, perigos, tensões ou outras incertezas⁸¹.

Essa militância individualizada, a separação da luta política da vida pessoal e a inexistência de direcionamentos morais claros e, em alguma medida, antimachistas, também podem ter sido causas do abismo que separava guerrilheiras e guerrilheiros das “mulheres de” na ALN. Nessa organização não foram direcionados, ao contrário da outra, esforços específicos para o chamamento de mulheres, nem mesmo o dessas mulheres tão próximas. O simples ato de comunicar à companheira que se estava militando dependeu da “boa vontade” ou da “cabeça aberta” das pessoas envolvidas em cada caso específico. Essa diferenciação entre as guerrilheiras e as “mulheres de” ou as mulheres “em geral” é reforçada nos depoimentos coletados por Ana Maria Colling, que expõem como as mulheres militantes viam as outras: havia as de direita, as alienadas, e elas, as “deusas”⁸².

Trabalho doméstico

Esse ponto é importantíssimo para a compreensão do cotidiano dos militantes como sujeitos generificados, bem como para uma apreensão das transformações e permanências na divisão social das atribuições feitas a homens e mulheres. Também é ponto central para uma compreensão mais abrangente das dificuldades de crescimento político enfrentadas pelas mulheres dentro de suas organizações, especialmente as do PRT-ERP.

ALN e PRT vivenciaram de formas diferentes o problema do trabalho doméstico, embora ambas as organizações defendessem uma divisão mais igualitária dele, pelo menos dentro dos “aparelhos”. Essa diferença é, a meu ver, uma provável decorrência da forma diversa como as organizações se estabeleceram e de como se organizou o cotidiano militante; da mesma forma, da extração social das mulheres que ingressaram em suas fileiras.

Na ALN, a questão do trabalho doméstico no ambiente de militância e clandestinidade era bastante complicada e não foi tema abordado pela documentação oficial da organização. De uma forma geral, uma divisão mais equilibrada era valorizada. O que não foi, como bem se sabe, uma exclusividade dessa organização. Referências ao aumento na participação dos homens nas tarefas domésticas e a valorização desse comportamento são recorrentes nas organizações de esquerda do Brasil, e também na Argentina. Em suas memórias, Gabeira afirma, por exemplo: “nos esconderijos clandestinos no Brasil, homem e mulher dividiam tarefas domésticas e as tentativas dos homens de escaparem àquela divisão eram frequentemente denunciadas”⁸³.

Como não se tratava de uma regra a ser seguida, no caso da ALN, uma distribuição mais democrática desse tipo de trabalho dependia também da “boa vontade” das pessoas envolvidas em cada caso. A fala de Clara Charf é bastante elucidativa, nesse sentido:

Essa militância tinha implicação no cotidiano, entende? Você militava e você tinha casa, você não tinha empregada, você não tinha mãe, não tinha vizinho, não tinha ninguém que te desse uma força. O cotidiano era uma vida limitada, porque a vida clandestina é muito limitada. Você tem de ter certos cuidados. É uma vida muito difícil. Agora, o que tornava essa vida mais fácil, vamos dizer, esse cotidiano, era o comportamento do Marighella. Por exemplo, ele lavava roupa, mas não sabia passar. Então lia em voz alta enquanto eu passava roupa. Você já pensou num negócio desse? Divisão de trabalho é uma questão que eu encontrei, muito tempo depois, sendo discutida com tanta força no movimento feminista... Na minha vida com Marighella isso era muito natural. A atitude dele em relação ao problema da casa é uma coisa raríssima nos dirigentes comunistas.⁸⁴

Não foram encontradas referências à divisão do trabalho doméstico na esfera familiar ou privada quando as mulheres em questão não eram militantes. É provável que essa seja mais uma das expressões da separação, quase radical, entre as militantes e as mulheres ditas comuns. É possível que em alguns casos a valorização de comportamentos não machistas tenha se entendido para as casas dos e das militantes; porém, esse não era um assunto que dizia respeito à organização ou à militância, ao contrário do observado no PRT-ERP. As “mulheres de”, além de não terem sido consideradas, muitas vezes, militantes em potencial, limitaram-se a dar cobertura para o companheiro ou a proteger o aparelho quando conheciam a situação.

A forma como a ALN se organizou e os lugares de onde vinham as mulheres que militavam em suas fileiras favoreceram o tratamento do trabalho doméstico nesses termos. As mulheres que militavam na ALN eram, quase todas, vindas do movimento estudantil e/ou das camadas médias da sociedade. Não eram donas de casa. A militância não se organizava a partir da base familiar ou de casal (como no PRT) e, mais do que isso, a “dinâmica da clandestinidade”⁸⁵ na qual estavam envoltos os e as militantes os impedia de viver um lar, digamos assim. Os aparelhos e esconderijos eram provisórios. Muitas vezes vivia-se transitando de pensão em pensão.

No PRT-ERP a valorização do equilíbrio na distribuição das tarefas domésticas era mais explícita e normativa. Esperava-se dos homens que participassem ativamente da criação dos filhos, que fizessem compras no mercado, limpassem a casa, cuidassem da comida e das roupas junto com as mulheres. Embora esse *junto com* não significasse necessariamente *tanto como*, é certo que, para os padrões da época, os homens do PRT foram bastante atuantes no serviço doméstico. Tanto é assim que foram recorrentes os depoimentos contando casos de homens que caíram porque os vizinhos desconfiavam do comportamento de casais cujo homem varria a casa enquanto sua mulher saía para trabalhar, de homens que faziam feira ou, ainda, que andavam para cima e para baixo com um bebê de colo⁸⁶.

A democratização do ambiente doméstico e do militante por meio da divisão das tarefas tradicionalmente conferidas às mulheres era valorizada nos periódicos e exigida pelo partido⁸⁷. Frequentemente foi tema de reuniões. Não houve uma distinção tão grande entre as mulheres que militavam e as que (ainda) não, embora no caso das primeiras o descaso com essas tarefas fosse considerado, mais do que injusto, uma atitude que prejudicava a militância da companheira.

Esse *ainda*, somado à interpretação da moral como forma de militância, explica em parte o tratamento especial dedicado pelo PRT ao trabalho doméstico. Buscava-se viver imediatamente de acordo com os princípios considera-

dos ideais, mesmo nos contextos mais adversos. Além disso, toda e qualquer mulher era considerada uma possível futura militante. A experiência erpiana confirmava a tese:

Todos mudaram nesse tempo, até o pai, o tiramos da bebida, o que era crítico. Por exemplo, ele vinha e, como trabalhava, dizia à mãe que queria tortilhas. “Quero tortilhas!” gritava. As tortilhas quadradas, de gordura. E lhe tiramos isso. A mãe, por exemplo, trabalhava todo o dia, fazia pão, cortava lenha. Então, nós a fizemos ver que não podia ser que já tivéssemos como... nós queríamos mudar, como vai ter a mãe como escrava? E bem, todos colaboravam. E a mãe se deu conta e a mãe era simpatizante, e como! Não sabes a organizadora que era, a quantidade de pessoas que levava. Porque via a mudança no marido, via a mudança nos filhos que tomavam, pediam mais coisas do que davam, tinham esse pequeno desvio de exigir, e bem.⁸⁸

A participação dos homens na realização das tarefas domésticas não foi apenas esperada: foi cobrada, debatida em reuniões e sancionada. A das mulheres também.

Essas questões, entretanto, foram vividas de formas desiguais pelos integrantes dos diferentes níveis da organização, tendo também variado as experiências de acordo com a classe social da família em questão. Machismo e trabalho doméstico foram apontados por Martínez como fatores fundamentais para a compreensão das dificuldades de inserção e ascensão política das mulheres dentro do partido argentino. E, para a mesma autora, foram mais ou menos combatidos, conforme “de quem” se tratava e em que lugar estava.

Para as mulheres operárias, o problema da militância e do trabalho doméstico se apresentava dessa forma: seus maridos, em geral, não queriam que elas se envolvessem na luta antiterrorista e anticapitalista por duas razões principais. A primeira era o preconceito machista (tanto relacionado ao pensamento de que “lugar de mulher é em casa”, ou “elas tudo bem, mas a minha não”, como os mais ligados a questões de ciúmes, já que a mulher, ao sair do espaço privado para o da organização, conhecia e passava a relacionar-se com uma série de outros homens). A segunda, relacionada à situação econômica das famílias trabalhadoras, o que quer dizer: se os homens e mulheres militassem, com quem ficariam os filhos? Como a família não teria como pagar outra pessoa para tomar conta deles e as creches ainda representavam na Argentina um problema até mesmo para que as mulheres pudessem trabalhar fora; e principalmente, como era pouco questionada a atribuição dessas tarefas para as mulheres, se fosse necessário optar pela militância de uma pessoa do casal, optava-se pela do homem. Não é preciso dizer, portanto, que o caso

das mulheres da classe trabalhadora cujos maridos não eram militantes era ainda pior.

As mulheres vindas das camadas médias e/ou setores estudantis enfrentavam esses problemas de forma um pouco menos problemática, porque, em geral, não tinham o peso de uma família grande para dar conta. Além disso, os e as estudantes estavam, também geralmente, mais próximos do ambiente cultural do 1968; ao contrário dos homens e mulheres da classe trabalhadora, especialmente do norte e do noroeste argentinos, que viviam imersos em um caldo cultural profundamente conservador nesse sentido.

A questão de ter de optar entre a militância de um ou de outro integrante do casal também foi problemática quando se tratava de pessoas que ocupavam uma posição importante de poder dentro da organização ou que, por alguma outra razão, estavam militando em tempo integral. Da mesma forma, quase sempre se optou por deixar um espaço maior para o desenvolvimento da militância do homem. Martínez observa que a divisão democrática das tarefas domésticas foi mais exigida dos militantes da base, sendo silenciados os problemas quando se tratava, por exemplo, de um grande dirigente. O que não quer dizer que os dirigentes do partido não dividissem o trabalho doméstico em suas famílias. Em entrevista concedida a Paola Martínez, por exemplo, a ex-integrante do ERP Carolina narrou: “Então ele [Santucho] se vangloriava de que suas fraldas eram as mais brancas do partido porque ele mesmo as lavava e melhor do que ninguém”. E mais adiante prosseguiu: “Havia reunião do Comitê Central e estavam os filhos de Mingo Menna e de Santucho⁸⁹, e Santucho dava mamadeira enquanto ditava as ideias revolucionárias para o futuro”⁹⁰.

Conclusão

O ex-guerrilheiro Ottoni Fernandes Junior, em suas memórias, lembra que a geração de jovens do período havia sido precedida – e eu acrescentaria, formada e circundada – por outra de valores muito conservadores:

Mulher desquitada era puta, namoro só no portão, sexo apenas depois do casamento. Antes disso, trepar só com as putas. [...] Casamento tinha que ser na igreja. A imagem da família precisava ser preservada a qualquer custo.⁹¹

No final da década de 1960, para ele, “todos esses valores faziam parte do altar de velharias conservadoras”. A frase nos diz muito sobre como as pessoas do período interpretaram as transformações gestadas por sua geração⁹², mas não pode, conforme se observou ao longo do texto, ser tomada ao pé da

letra. O processo social, nas palavras de Maria Izilda de Matos, “artificial” de construção e remodelação do gênero é marcado pela heterogeneidade de experiências e, assim como o processo histórico em geral, por mudanças e descontinuidades históricas⁹³.

A esquerda armada foi, com relação ao movimento mais amplo do qual era expressão mais radical, bastante conservadora⁹⁴; no entanto, se desenvolveram avanços significativos no deslocamento das fronteiras de gênero em seu interior. O mais interessante é que muitos desses deslocamentos, especialmente no caso do PRT-ERP, foram conscientes, planejados e defendidos.

A moral revolucionária nas duas organizações foi, portanto, marcada por ambiguidades, ambivalências e contradições. Cada uma das organizações elaborou, à sua maneira e respondendo aos problemas colocados em sua luta, um código mais ou menos formal de conduta, num trabalho de “apropriação seletiva”⁹⁵ das referências partilhadas pela esquerda em geral. Se a boa aplicação de Guevara, Debray, Ho Chi Min e Mao na Argentina significaram, por exemplo, defender relacionamentos monogâmicos estáveis como células revolucionárias, no caso do Brasil, partindo-se das mesmas leituras, projeto e estratégias, chegou-se a um resultado completamente diverso.

Marcelo Ridenti afirma que “as relações entre homens e mulheres, sobretudo nos grupos de esquerda armada, parecem ter rompido com uma série de preconceitos e práticas, ainda que, olhadas retrospectivamente pelas feministas de hoje, aquelas rupturas sejam relativamente tímidas”⁹⁶. Esses avanços eram ainda mais significativos se a nova esquerda fosse comparada à tradicional, do período stalinista⁹⁷. Wolff lembra que o próprio fato de as mulheres

[...] se sentirem convocadas elas também pelo discurso tão *genderizado* no masculino para a luta social [veiculado pela esquerda armada], colocando-se assim numa relação de igualdade com seus companheiros homens, já expressa uma mudança importante.⁹⁸

Nascimento, Trindade e Amancio⁹⁹ se aproximam da autora ao afirmarem que não foi a participação, em termos quantitativos, de mulheres nessas organizações que rompia com os modelos tradicionais de gênero, mas a qualidade dessa participação. Na esquerda armada, as mulheres não se limitaram às atividades de apoio, embora fossem também recrutadas para elas. As guerrilheiras pegaram em armas, foram algumas vezes dirigentes, discutiram política. Assim, houve, pelo menos, a quebra do “estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”¹⁰⁰. Foi rompido o código de gênero da vida feminina como inerentemente ligado à domesticidade¹⁰¹.

Não foi apenas o feminino que se alargou. A ampliação do leque das virtudes socialmente aceitas atingiu também o que era considerado masculino. Para os homens passou a ser esperada e valorizada (em vários momentos, exigida), nesses espaços, a participação na realização das tarefas domésticas e de criação dos filhos. Nas palavras de Vânia, transcritas por Ridenti: “a mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro”¹⁰². Entretanto, isso não era suficiente, nas palavras de Gabeira, nem fundamental para Vânia: “as análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam”.

Na Argentina foi comum a mesma queixa.

Uma das ex-militantes do país vizinho explica sua posição:

O homem novo implicava a igualdade entre os homens e as mulheres... isso leva muito mais tempo e mais palavras, mas minha experiência é que não se alcançou essa igualdade mentalizada, mas que foram feitos enormes esforços para que os companheiros tivessem as tarefas das mulheres e as mulheres as dos homens [risos]. Houve uma compenetração por parte deles na vida cotidiana, nossa na vida militar, de forma a compensar o que tínhamos de machista.¹⁰³

A esse respeito, o sociólogo citado lembra: “a perspectiva era a da criação de homens (e mulheres) novos, não da liberação específica da condição feminina, proposta que não se colocava explicitamente naquela época na sociedade brasileira”¹⁰⁴. Na Argentina, sim, se colocava. Da mesma forma, não houve muito espaço para o feminismo dentro da esquerda armada.

Embora o diálogo entre ambas as correntes tenha sido tenso, quando existiu, não se pode, para Wolff, “pensar esses dois acontecimentos (o feminismo da Segunda Onda e a luta armada) como totalmente isolados um do outro”¹⁰⁵. Para a autora, “algumas relações precisam ser feitas”, como a da migração significativa das guerrilheiras para o feminismo.

Por um lado, para Bastos, as jovens que discutiam a revolução socialista em suas organizações “vivenciavam no cotidiano uma revolução de costumes, na qual, por meio do comportamento, subverteram papéis tradicionais de gênero”¹⁰⁶, antecipando no caso brasileiro, na prática discursos que viriam a ser defendidos pelo feminismo na metade da década de 1970¹⁰⁷.

Por outro, a palavra “companheiro”, entendida como sinônimo de “homem novo”, como categoria genérica suposta ou pretensamente neutra, “não desconhecia as desigualdades muitas vezes associadas aos papéis de gênero”, luta a ser plasmada depois da tomada do poder¹⁰⁸. Assim, apesar das intenções de ruptura política radical, muitos aspectos da vida militante seguiram

marcados pelas tradições estabelecidas, como heterossexualidade, virilidade e militarismo, e a “normalidade de certos papéis seguiu sendo deixada fora de discussão”, especialmente quando tocavam temas como a hierarquia interna das organizações¹⁰⁹.

RESUMO

O trabalho teve como objetivo analisar, de forma comparada, aspectos da moral revolucionária forjada por duas organizações de esquerda armada – a brasileira Ação Libertadora Nacional (ALN) e a argentina Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejercito Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP). Uma das preocupações principais foi perceber que significados de gênero essas regras e representações sobre o/a guerrilheiro/a ideal carregavam consigo e que consequências elas podem ter tido na vida dos/as militantes. Foi observado ao longo do exercício que, embora a esquerda armada, do ponto de vista dos costumes, tenha sido em geral mais conservadora que os outros movimentos “do 1968”, produziram-se em seu interior avanços significativos no deslocamento das fronteiras de gênero.

PALAVRAS CHAVE

Esquerda armada; Gênero; Moral; Mulheres.

The revolutionary vanguard has two sexes: gender and morality in armed leftists in Brazil and Argentina. The cases of ALN and PRT-ERP

ABSTRACT

This study aimed to analyze, so comparative aspects of revolutionary morality forged by two armed leftist organizations, one from Brazil and one from Argentina, using as a major tool for reflection on gender. The organizations studied were the ALN and the PRT-ERP. A major concern was the realization that these meanings of gender rules and representations of guerrilla ideal carried with it and what consequences they may have had on the lives of militants. It was observed that during the year, although the armed left, from the standpoint of morals, has been generally more conservative than what the other movements “of 1968”, produced in its interior significant advances in displacement the boundaries of genre.

KEYWORDS

Left armed; Gender; Morality; Women.

NOTAS

¹ Referência ao livro de Elizabeth de Souza Lobo, *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991. Lançado em 2ª edição ampliada pela Editora da Fundação Perseu Abramo, em 2011.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Capes/Reuni). Contato da autora: lilianback@gmail.com.

³ THOMPSON, Edward P., “Folclore, antropologia e história social”. In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 234-235.

⁴ Denis Rolland afirma que a própria historiografia brasileira encontra-se em desequilíbrio, havendo uma “‘hipertrofia’ [...] do estudo sobre as formas de resistência as ‘esquerdas’”, em detrimento dos estudos sobre as direitas e a repressão. Ver: ROLLAND, Denis, “1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada”. In AZEVEDO, Cecília *et al.* (orgs.), *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 427.

⁵ Carlos Fico, por exemplo, em entrevista concedida a Flaviana Serafim, afirma: “[o] 1968 ficou um pouco estereotipado, mitificado, como se todos os episódios daquele ano tivessem uma corrente única de transformação revolucionária. Não foi bem assim”. Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3784&Itemid=106>, acesso em 21 out. 2010. Também Daniel Aarão lembra que o 1968, embora “pleno de desejos”, foi especialmente curto no Brasil, e que terminou. Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão, “1968, o curto ano de todos os desejos”. *Tempo Social, Revista de Sociologia*. São Paulo, USP, v. 10, n. 2, out. 1998, p. 25-35.

⁶ COLLING, Ana Maria, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

⁷ JOFFILY, Mariana, “Os Nunca Más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”. *Anais do Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder*. Florianópolis, UFSC, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST28/Mariana_Joffily_28.pdf>, acesso em 21 set. 2010.

⁸ O feminismo de “Segunda Onda” surgiu no pós-guerra e tinha uma agenda política que priorizava as lutas pelo direito ao corpo e prazer contra a chamada ordem patriarcal. Para mais informações ver: PEDRO, Joana Maria, “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *História*. São Paulo, vol. 24, n. 1, 2005, p. 77-98; PINTO, Céli Regina Jardim, *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003; e TELES, Maria Amélia de Almeida, *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

⁹ “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007, p. 20. Disponível em: <<http://redalyc.uamex.mx/redalyc/pdf/263/26305405.pdf>>, acesso em 21 set. 2008.

¹⁰ Dos 5% de mulheres do PCB passa-se a 15% na ALN, por exemplo. Ver: BASTOS, Natalia de Souza, “Perdão meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações de esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)”. *Gênero*, v. 8, n. 2, 2009, p. 46.

¹¹ Ver: PRADO, Maria Ligia Coelho, “Repensando a história comparada da América Latina”. *Revista de História*, vol. 2, n. 153, 2005, p. 18.

¹² COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP), *Nunca más: Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

¹³ O autor chegou a números diferentes analisando a documentação do partido. Esse percentual é o apontado pelos e pelas militantes entrevistados. POZZI, Pablo, *Por las sendas argentinas: El PRT-ERP y la guerilla marxista*. Buenos Aires: Eudeba, 2001, p. 239.

¹⁴ RIDENTI, Marcelo Siqueira, “As mulheres na política brasileira: Os anos de chumbo”. *Tempo Social, Revista de Sociologia*, São Paulo, USP, vol. 2, n. 2, p. 113-128, 2º sem. 1990.

¹⁵ WOLFF, C. S., *pp. cit.*

¹⁶ Não encontrei dados estatísticos sobre a quantidade de mulheres em posições de comando militar ou político, mas as fontes e literatura consultadas foram consensuais nesse ponto.

¹⁷ Ver WOLFF, C. S., *op. cit.*

¹⁸ No sentido masculino do termo. Estabelecida através de um processo relacional, a palavra significa coisas diferentes de acordo com o gênero da pessoa em questão. “O conceito de honra masculina é comumente associada à virilidade, e a honra feminina, à obrigação de salvaguardar o ‘espaço’ da realização da virilidade masculina, ou seja, o corpo feminino” (SILVA, Joseli Maria, “Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino”. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, Uerj, n. 22, jan./dez. 2007, p. 106).

¹⁹ WOLFF, C. S., *op. cit.*

²⁰ GOOSSES, Andreas, “La tierra gira masculinamente, compañero: el ideal de masculinidad del guerrillero”. In SANDOVAL, Mariana, *Género, feminismo y masculinidad en América Latina*. El Salvador: Böll, 2001.

²¹ BAO, Ricardo Melgar, “La dialéctica cultural del combate: morir, matar y renacer en la cultura guerrillera latinoamericana”. *Lucha Armada en la Argentina*, Buenos Aires, ano I, n. 4, out.-dez. 2005, p. 90-108.

²² Comparando os casos de Iara Iavelberg (Brasil-VPR) e Norma Arrostito (Argentina-Montoneros), observei que no primeiro a atuação política da militante foi invisibilizada, sendo dado grande destaque para a relação com seu companheiro, Carlos Lamarca. No segundo foi elogiada a grandeza da atuação política da argentina – que foi dirigente da organização – e problematizada a sua “condição” de mulher, uma preocupação em provar que militância política e luta armada não eram incompatíveis com a feminilidade. Ver: BACK, Lilian, “Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980)”. In PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (orgs.), *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

²³ WOLFF, Cristina Scheibe; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de, “Relações

de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8 – Brasil) e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina)”. *Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias*. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>>, acesso em 13 maio 2008.

²⁴ Carlos Marighella e Carlos Eugênio Paz (Clemente), primeiro e terceiro dirigentes nacionais da ALN, por exemplo, haviam se formado e se destacado no exército antes ou no início de sua militância.

²⁵ Ver: PAZ, Carlos Eugênio, *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; e ROLLEMBERG, Denise, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

²⁶ Mattini continua: “A organização era machista e racionalista, desvalorizando outras formas de aproximação da realidade [...]. Se o que opinavam não estava dentro da racionalidade masculina, era ‘coisas de mulheres’. Pediam-lhes que demonstrassem, dentro da lógica dialética, o que afirmavam.” Extraído de: MATTINI, Luis, “Luis Mattini recuerda a las mujeres del PRT-ERP”. In DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras: la militancia de los setenta en el testimonio de sus protagonistas femeninas*. Buenos Aires: Planeta, 1996.

²⁷ FONSECA, Andrea Lisset Perez, *O sentido de ser guerrilheiro: uma análise antropológica do Exército de Libertação Nacional da Colômbia*. Tese (Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 2008, p. 229.

²⁸ *Idem*, p. 229.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ WOLFF, Cristina Scheibe, “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n. 54, dez. 2007, p. 20. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/263/26305405.pdf>>, acesso em 21 set. 2008.

³¹ COLLING, A. M., *op. cit.*, p. 68

³² *Idem*, p. 70.

³³ Expressão utilizada por depoentes que conversaram com Colling.

³⁴ COLLING, A. M., *op. cit.*, p. 70.

³⁵ *Idem*.

³⁶ WOLFF, C. S.; BACK, L.; SENA, P. C. de, *op. cit.*

³⁷ SILVA, Emilson Ribeiro da, “Autocrítica. Itamaracárcere, 01/12/76”. In *Ecos do Cárcere*, p. 50. Fundo do Comitê Brasileiro pela Anistia. Pasta: Produção dos presos políticos.

³⁸ A historiadora e ex-militante da ALN Jessie Jane afirma que a ALN era composta, de certa forma, por duas gerações distintas: a geração de 1968 (militantes em geral mais jovens, vindos majoritariamente do movimento estudantil), e a geração da intentona, vinda da tradição pecebista. Para mais informações ver: GÓIS, João Bosco

Hora; QUADRAT, Samantha Viz, “Militância política e gênero na ditadura brasileira: Entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa”. *Gênero*, vol. 8, n. 2.

³⁹ COLLING, A. M., *op. cit.*

⁴⁰ Um dos pontos mais emblemáticos dessa tensão é o da realização das reuniões do Bureau Político do PRT-ERP de madrugada. Em DIANA, M., *op. cit.*, há um depoimento que cita o caso de uma militante integrante do Bureau que pediu para não ser mais acompanhada até sua casa depois das reuniões, pois considerava esse um cuidado excessivo e machista. Em umas das primeiras vezes em que voltava desacompanhada, foi estuprada no caminho.

⁴¹ VÁSQUEZ, Norma; IBÁÑEZ, Cristina; MURGUIALDAY, Clara, “Sexualidade em tempos de guerra: mulheres de El Salvador”. In COSTA, Albertina de Oliveira (org.), *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Prodir/FCC, 1997.

⁴² De que o homem deveria ser o “provedor”, enquanto à mulher caberiam os cuidados com a casa e família.

⁴³ TARDUCCI, Monica, *Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff* (digital). Buenos Aires, 22 de novembro de 2007. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH)/UFSC.

⁴⁴ POZZI, P., *op. cit.*, p. 137.

⁴⁵ “Entrevistador: E esse moralismo que alguns relevam muito era uma coisa que realmente incomodava na época?

J.C.G.: Não, porque a gente também era, não era assim; no meu caso, que eu tivesse uma visão crítica como eu tenho hoje sobre esse aspecto da esquerda não era, eu também era. Então, teve o caso de duas meninas que a gente ficou sabendo que eram homossexuais, e que eram militantes da organização; quando se soube, se afastaram as duas militantes da organização, e eu inclusive fui a favor. Então era um treco meio, mas ao mesmo tempo você sentia essa, esses problemas existenciais, não por essa razão, pela questão moral, vamos dizer, era a própria situação que você estava vivendo, que era uma situação difícil, de limite.” Ver: “Entrevista de José Carlos Gianninni, concedida a Marcelo Siqueira Ridenti”. Fundo Militância Política e Luta Armada, Arquivo Edgard Leuenroth.

⁴⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão, “Entrevista concedida a Mariana Joffily e Sergio Luis Schlatter Jr.”, agosto de 2009. A entrevista encontra-se em fase de edição. Será publicada na revista *Tempo e Argumento*, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC).

⁴⁷ Ver: MARTÍNEZ, Paola, *Gênero, política y revolución en los años setenta*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2009, p. 33-53.

⁴⁸ GRAMMÁTICO, Karen, “Las ‘mujeres políticas’ y las feministas en los tempranos setenta: ¿un diálogo (im)posible?” In ANDÚJAR, Andrea; D’ANTONIO, Débora (orgs.), *Historia, género y política en los ‘70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

⁴⁹ Ver SARTI, Cyntia, “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Revista de Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, Florianópolis, 2004.

⁵⁰ Isabel Cristina Hentz, ao analisar os depoimentos das “duplas militantes” do período, percebe certo mal-estar, ou ressentimento, por parte das guerrilheiras feministas dentro das organizações armadas. São elencadas reclamações relacionadas a dificuldades no acesso aos espaços de liderança, ou de desatenção às reivindicações específicas das mulheres, que eram postergadas para “depois da revolução”. Por outro lado, também foram comuns reclamações e desconfianças do movimento feminista para com as “políticas” que, segundo o movimento, submetiam os interesses do feminismo aos do partido (HENTZ, Isabel Cristina, “Ressentimentos das duplas-militantes das ditaduras no Cone Sul”. *Anais do IV Encontro Regional Sul de Historia Oral: culturas, identidades e memórias*. 12 a 14 de novembro de 2007, Florianópolis, UFSC. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Isabel%20Cristina%20Hentz.pdf>>, acesso em 21 out. 2010.

⁵¹ GRAMMATICO, K., *op. cit.*, p. 22.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Um ano depois da criação da Agrupación Evita, frente de mulheres dos montoneros e à qual se podem aplicar praticamente todas as críticas feitas à frente perretista.

⁵⁶ GRAMMATICO, K., *op. cit.*; e MARTÍNEZ, P., *op. cit.*

⁵⁷ *El Frente de Mujeres. Boletín Interno*. In MARTÍNEZ, P., *op. cit.*, p. 79.

⁵⁸ MARTÍNEZ, P., *op. cit.*, p. 80.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ E também demandas do movimento feminista no período.

⁶¹ *Idem*, p. 89.

⁶² *Idem*, p. 85

⁶³ GRAMMÁTICO, K., *op. cit.*, p. 30-32.

⁶⁴ Nora Llaver e Alejandra Ciriza, em entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff, afirmam que atitudes machistas eram justificadas como vestígios da moral burguesa inevitáveis, já que ainda se vivia dentro do sistema capitalista. Ver CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora, *Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff* (digital). Vila Giardino, Argentina, 27/10/2006. Acervo do LEGH/UFSC.

⁶⁵ CIRIZA, A.; LLAYER, N., *op. cit.*

⁶⁶ Essa concepção era bastante próxima à do feminismo marxista do período.

⁶⁷ CIRIZA, A.; LLAYER, N., *op. cit.*

⁶⁸ COLLING, A. M., *op. cit.*, p. 41.

⁶⁹ Em parte também porque o feminismo foi inicialmente formado por mulheres de classe média. “Pequebu”: pequeno-burguês.

⁷⁰ SANTIS, Daniel de, *A vencer o morir: história del PRT-ERP. Documentos*. Buenos Aires: Nuestra América, 2006, p. 97.

⁷¹ *Idem*, p. 115.

⁷² LLAVER, N.; CIRIZA, A., *op. cit.*

⁷³ “Nessa época eu usava muitas minissaias por aqui, escandalosas, porque eu gostava, era jovem. Todos me criticavam: que não podia andar com essas minissaias, etc. A única coisa que eu levava na brincadeira era um que dizia que eu era a essência da anticlandestinidade. ‘Contigo não se pode – dizia –, és como um semáforo parado na rua’” (DIANA, M., *op. cit.*, p. 64.)

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ GÓIS, J. B. H.; QUADRAT, S. V., *op. cit.*, p. 23.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ MARIGHELLA, Carlos, *Minimanual do guerrilheiro urbano*, 1969. Fundo Geraldo Mathias, pasta ALN. Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ Che afirmava, em *Guerra de Guerrillas* (1961): “Naturalmente, as mulheres combatentes são em menor número. Nos momentos em que já há uma consolidação da frente interna e se buscam eliminar o mais possível os combatentes que não apresentem as características físicas indispensáveis, a mulher pode se dedicar a um número considerável de ocupações específicas, das quais uma das mais importantes, talvez a mais importante, seja a comunicação entre as diversas forças combatentes, sobretudo as que estão em território inimigo”. Che sugeria ainda que elas desempenhassem funções como a de enfermeira, cozinheira ou professora. Ver: GUEVARA, Ernesto Che, *Guerra de Guerrillas: el papel de la mujer*. Disponível em: <http://www.archivochile.com/America_latina/Doc_paises_al/Cuba/Escritos_del_Che/escritos-delche0097.pdf>, acesso em 20 jun. 2008.

⁸⁰ O caso de Vera Silvia Magalhães, embora tenha sido militante do MR-8, é bastante ilustrativo. Sobre o planejamento do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, realizado em conjunto com a ALN, explica: “Quinze dias antes eu fui à embaixada, vestida de empregada doméstica, com minissaia e tudo. Eu, Deus e uma arma na bolsa, o que, aliás, foi loucura. Não tinha sentido levar a arma. Cheguei lá, me aproximei da guarita de segurança, disse que queria visitar os jardins. O chefe da segurança ficou a fim de me conquistar e saiu me mostrando tudo. Eu utilizei esse aspecto psicológico e fui fazendo perguntas entremeadas, conseguindo informações sobre horários, carros, segurança.” Ver: MOREIRA, Carlos André, Bela, armada e guerrilheira. *Zero Hora*, Porto Alegre, 8 de dezembro de 2007.

⁸¹ Na Argentina houve mais de quatrocentos sequestros de bebês e crianças, filhos de militantes presos, mortos ou desaparecidos.

⁸² Palavras da depoente Silvia. COLLING, A. M., *op. cit.*, p. 67.

⁸³ GABEIRA, Fernando, *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981, p. 60.

⁸⁴ TV CÂMARA. *Clara Scharf: a companheira de Marighela* (60 min.). Brasília: TV Câmara, 2006.

⁸⁵ Expressão de Marcelo Ridenti (RIDENTI, M., *op. cit.*)

⁸⁶ Ver, por exemplo, a passagem do livro de Pozzi: “De acordo com vários depoentes, isso os convertia em marcianos: [a policial] ‘sabia que havia guerrilheiros vivendo em um bairro pela forma que falavam e se vestiam, porque os homens também faziam as compras, porque suas casas não tinham eletrodomésticos ou tinham o jardim descuidado’”. POZZI, P., *op. cit.*, p. 144. Por esse motivo, a certa altura, o partido passou a recomendar que as mulheres pelo menos fingissem, algumas vezes por semana, um comportamento mais “normal”, varrendo a fachada das casas onde estavam instaladas.

⁸⁷ Frida, em depoimento a Marta Diana, conta que o partido veio à sua casa para questioná-la sobre ter contratado uma babá para seus filhos. Ela havia sido denunciada por seu companheiro por essa “atitude pequeno-burguesa”. Antes mesmo de iniciar a discussão, seu marido ofereceu um café aos membros do partido, foi à cozinha e de lá perguntou onde estava o açúcar. Produziu-se a seguinte cena: “Eu olhei os companheiros que haviam vindo e disse: ‘Acredito que o problema já está colocado, porque se em uma casa onde há dois bebês com os pais e um dos adultos não sabe onde está o açúcar, está muito claro que o debate aqui não é comigo, mas com o companheiro que não sabe onde está o açúcar na sua casa’ [...]. Depois dessa reunião, que foi realmente magnífica, não somente mudaram minhas circunstâncias, mas o funcionamento dessa célula” (DIANA, M., *op. cit.*, p. 60-61).

⁸⁸ POZZI, P., *op. cit.*, p. 139.

⁸⁹ Mario Roberto Santucho (Santiago del Estero, 1936-1976) foi fundador do PRT e do ERP, tendo sido comandante de Estado-Maior deste, desde sua fundação. Morreu em um enfrentamento com as forças do exército argentino, em um aparelho no qual se reunia com parte do núcleo dirigente do partido, na Província de Buenos Aires. Para mais informações ver: BRIENZA, Hernán, *Mario R. Santucho: la guerrilla de izquierda*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006. Domingo Menna (1947-1976), “el Mingo”, nasceu na Itália, militou no PRT (partido em que atuou como secretário de organização) e foi um dos fundadores do ERP. Editou o periódico *El Combatiente* e redigiu uma série de documentos políticos do PRT-ERP. Foi assassinado pela polícia logo após ser capturado no Campo de Mayo. Para mais informações ver: <<http://www.prt-argentina.org.ar/biografia/menna.html>>, acesso em 26 ago. 2011.

⁹⁰ Martínez observa que o mesmo problema de divulgação de comportamentos fora da norma foi também observado em casos de adultério. Enquanto militantes da base eram sancionados no periódico do partido, os casos de dirigentes infiéis eram disfarçados. Ver MARTINEZ, P., *op. cit.*, p. 108.

⁹¹ FERNANDES JUNIOR, Ottoni, *O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 162.

⁹² Ainda que o PRT defendesse os relacionamentos estáveis, esses não eram entendidos como sagrados (não era necessário o casamento na igreja) ou eternos. Defendia-se, apenas, que essas relações fossem claras, coerentes e honestas.

⁹³ MATOS, Maria Izilda S. de. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 71.

⁹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão, “Entrevista concedida a Mariana Joffily e Sergio Luis Schlatter Jr.”, *op. cit.*

⁹⁵ Ideia emprestada do livro de REIS FILHO, Daniel Aarão, *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁹⁶ RIDENTI, M. S., *op. cit.*, p. 5.

⁹⁷ Ver, por exemplo, como eram conservadoras as representações das militantes do PCB pré-ditatorial: TAVARES, Betzaida Mata Machado, “Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes”. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

⁹⁸ WOLFF, C. S., *op. cit.*

⁹⁹ NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araújo; AMANCIO, Lígia, “Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira”. *Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Cidadania e Políticas*. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460eb23be09d1_1.pdf>, acesso em 21 out. 2010.

¹⁰⁰ RIDENTI, M., *op. cit.*, *apud* NASCIMENTO, I. F. G.; TRINDADE, Z. A.; AMANCIO, L., *op. cit.*, p. 3.

¹⁰¹ BASTOS, N. de S., *op. cit.*, p. 46.

¹⁰² RIDENTI, M., *op. cit.*, p. 122.

¹⁰³ PASQUALI, Laura, “Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla”. *Temas de Mujeres*, Revista del Centro de Estudios Históricos e Interdisciplinario sobre las Mujeres Facultad de Filosofía y Letras Universidad Nacional de Tucumán, Año 4, n. 4. Disponível em: <http://www.filo.unt.edu.ar/rev/temas/t4/t4_web_art_pasquali_mandatos_voluntades.pdf>, acesso em 21 out. 2010.

¹⁰⁴ RIDENTI, M., *op. cit.*, p. 203.

¹⁰⁵ WOLFF, C. S., *op. cit.*

¹⁰⁶ BASTOS, N. de S., *op. cit.*, p. 63.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 69.

¹⁰⁸ GUGLIELMUCCI, Ana, “Mujeres y praxis revolucionaria en Argentina: una aproximación a la militancia setentista a través de la perspectiva de sus protagonistas”. *Amnis*, 8/2008. Disponível em: <<http://amnis.revues.org/648>>, acesso em 10 abr. 2010.

¹⁰⁹ *Idem*.